



doi: <http://dx.doi.org/10.7213/psicolargum.41.114.A014>

Caracterização dos estudos sobre preconceito sexual e de gênero no Brasil

Characterization of studies on sexual and gender prejudice in Brazil

Felipe Augusto Monteiro Cravo
Universidade de Sorocaba
<https://orcid.org/0000-0002-5572-4239>
felipeamcravo@gmail.com

Pamella Bento Verderamis
Universidade de Sorocaba
pamellabento57@gmail.com

Resumo

As altas taxas de violência contra população LGBTQIAP+ podem derivar do preconceito sexual e de gênero. Assim, avaliar e caracterizar o preconceito favorece no refinamento das pesquisas desenvolvidas e na elaboração de intervenções anti-discriminação. O objetivo deste estudo foi revisar a literatura brasileira de avaliação de preconceito sexual e de gênero. Seguiu-se as diretrizes PRISMA na busca e seleção dos artigos publicados entre 2012 e 2022 nas bases de dados Scielo e BVS-Psi (Biblioteca Virtual em Saúde); 28 estudos tornaram-se alvo desta revisão. No geral 9.530 pessoas foram avaliadas, sobretudo estudantes de graduação, estudantes do ensino médio, profissionais da saúde e educação. Majoritariamente as pesquisas: utilizam delineamentos qualitativos, possuem baixa caracterização dos participantes acerca do marcador social raça, a população-alvo são jovens e adultos, e não utilizam instrumentos que medem preconceito implícito. Em resumo, identificou-se que os espaços familiares e escolares apareceram como mantenedores e produtores de violência lgbtfóbica, e, a população masculina apresentou maiores índices de preconceito. Além disso, diversas pesquisas relacionaram prejuízos em saúde mental da população LGBTQIAP+ ao preconceito contra esta população. A partir dos resultados desta revisão futuras pesquisas podem levar em consideração algumas lacunas metodológicas como caracterização e seleção de participantes, explorar outros instrumentos e métodos de medida de preconceito e delinear intervenções específicas diminuí-lo.

Palavras-chaves: Sexismo, Revisão de literatura, Homofobia.

Abstract

The high rates of violence against the LGBTQIAP+ population may derive from sexual and gender prejudice. Thus, evaluating and characterizing prejudice favors the refinement of the research carried out and the elaboration of anti-discrimination interventions. The aim of this study was to review the Brazilian literature on the assessment of sexual and gender bias. The PRISMA guidelines were followed in the search and selection of articles published between 2012 and 2022 in the Scielo and BVS-Psi (Virtual Health Library) databases; 28 studies became the target of this review. Overall, 9,530 people were evaluated, mainly undergraduate students, high school students, health and education professionals. Mostly the surveys: use qualitative designs, have low characterization of the participants regarding the social marker of race, the target population is young people and adults, and do not use instruments that measure implicit prejudice. In summary, it was identified that family and school spaces appeared as maintainers and producers of lgbtphobic violence, and the male population had higher rates of prejudice. In addition, several studies have linked mental health impairments of the LGBTQIAP+ population to prejudice against this population. Based on the results of this review, future research may take into account some methodological gaps such as the characterization and selection of participants, explore other instruments and methods for measuring prejudice and outline specific interventions to reduce it.

Key-words: Sexism, Literature Review, Homophobia

Resumen

Los altos índices de violencia contra la población LGBTQIAP+ pueden derivar de prejuicios sexuales y de género. Así, evaluar y caracterizar el prejuicio favorece el perfeccionamiento de las investigaciones realizadas y la elaboración de intervenciones antidiscriminatorias. El objetivo de este estudio fue revisar la literatura brasileña sobre la evaluación del sesgo sexual y de género. Se siguieron las pautas PRISMA en la búsqueda y selección de artículos publicados entre 2012 y 2022 en las bases de datos Scielo y BVS-Psi (Biblioteca Virtual en Salud); 28 estudios se convirtieron en el objetivo de esta revisión. En total, fueron evaluadas 9.530 personas, principalmente estudiantes de pregrado, bachillerato, profesionales de la salud y de la educación. En su mayoría las encuestas: utilizan diseños cualitativos, tienen baja caracterización de los participantes respecto al marcador social de raza, la población objetivo son jóvenes y adultos, y no utilizan instrumentos que midan prejuicios implícitos. En resumen, se identificó que los espacios familiar y escolar aparecían como mantenedores y productores de violencia lgbtóbica, siendo la población masculina la que presentaba mayores índices de prejuicio. Además, varios estudios han relacionado las deficiencias de salud mental de la población LGBTQIAP+ con los prejuicios contra esta población. Con base en los resultados de esta revisión, las investigaciones

futuras pueden tener en cuenta algunas lagunas metodológicas, como la caracterización y selección de los participantes, explorar otros instrumentos y métodos para medir el prejuicio y delinear intervenciones específicas para reducirlo.

Palabras-clave: *Sexismo, Revisión de literatura, Homofobia*

Introdução

Identificar-se ou ser identificada/o como LGBTQIAP+¹ pode consistir em um perigo à vida. O Conselho Nacional de Justiça brasileiro apresentou em 2022 um relatório indicando diversas formas de violências contra pessoas não cisheterossexuais que tiveram como intenção puni-las por suas condições sexuais e de gênero (Conselho Nacional de Justiça, 2022). De acordo com Santos & Silva (2021) 3.358 pessoas LGBTQIAP+ foram assassinadas entre os anos de 2010 e 2019, sobretudo em vias públicas e em suas casas; os crimes foram cometidos majoritariamente por homens com idades entre 20-29 anos. Ademais, o espaço familiar e escola têm sido referenciados como locais de manutenção e perpetração de violências contra crianças e adolescentes que não correspondem às normas cisheterossexuais (Mendes & Silva, 2020; Junqueira, 2013; Toletto & Teixeira-Filho, 2013). Somam-se às investigações acerca das violências contra população LGBTQIAP+ outras categoriais sociais (e.g., raça, classe, idade), as quais ampliam e complexificam as vulnerabilidades enfrentadas por grupos minoritários (Akotirene, 2018). A cisheteronormatividade, enquanto conjunto de regras culturais, verbais e não verbais, descreve e prescreve que características biológicas, identidade de gênero, expressão de gênero e orientação sexual são exclusivamente binárias e devem ser coercitivamente impostas a todas as pessoas (e.g., nasceu com pênis, deve identificar-se como homem/masculino e ter relacionamento afetivo-sexual com mulheres; nasceu com vulva, deve identificar-se como mulher/feminina e ter relacionamento afetivo-sexual com homens) (Rosa, 2020). A estrutura cisheteronormativa desenvolvida na cultura ocidental favorece o surgimento de preconceitos contra população LGBTQIAP+, pois este grupo representa uma dissidência da norma estabelecida.

Preconceito configura-se como um fenômeno simultaneamente individual e cultural (Costa & Nardi, 2015). A partir de uma leitura individual, ou microsocial, preconceito é

¹ Esta sigla recebe constantemente alterações por parte dos movimentos sociais com vistas a ampliá-la para que diversas pessoas sejam representadas. Neste caso LGBTQIAP+ refere-se a Lésbicas, Gays, Bissexuais, Pessoas Trans, Queers, Intersexuais, Assexuais, Pansexuais, e o símbolo de soma "+", indicando outras possibilidades identitárias.

caracterizado como um conjunto de atitudes negativas (i.e., crenças, sentimentos e comportamentos) contra alvos sociohistoricamente determinados, e, pode ser mensurado por meio de métodos de coleta de dados individuais e grupais (Teixeira et al., 2021; Myers, 2010). Sob uma ótica cultural, ou macrossocial, o preconceito se configura enquanto uma rede de estratégias institucionais (e.g., Estado, Igreja) mantidas por ideologias que hierarquizam, subjugam e deslegitimam pessoas e grupos, com vistas à manutenção do status e domínio de um grupo dominante, nesta direção as pesquisas atentam-se a análises históricas, conjunturais e documentais (Borillo, 2016; Junqueira, 2013; Prado & Machado, 2012). Destaca-se que as leituras individuais e sociais sobre o preconceito devem complementarem-se na busca de melhor compreensão sobre o fenômeno.

O preconceito contra as dissidências sexuais e de gênero tem sido chamado popularmente como homofobia. Porém, homofobia tem baixo efeito descritivo e operacional acerca do fenômeno, e pode conduzir a uma leitura individualista do preconceito, uma vez que “fobia” se refere a uma forma de sofrimento psiquiátrico (Herek, 2004). Ademais, o prefixo “homo” restringe como alvos de preconceito as pessoas gays e lésbicas, o que dilui todas as múltiplas identidades sexuais e de gênero dissidentes que também são vítimas de preconceito dentro do sistema cisheteronormativo (Borillo, 2016; Costa & Nardi, 2015; Prado & Machado, 2012, Herek, 2009). Portanto, nesta pesquisa de revisão utiliza-se o termo “preconceito sexual e de gênero” como apresentado por Costa, Peroni, Bandeira e Nardi (2012) pois, segundo os autores, no Brasil o preconceito sexual está diretamente relacionado às normas de gênero.

Em geral, as pesquisas sobre preconceito são desenvolvidas por meio de metodologias qualitativas, explorando os significados atribuídos por pessoas e grupos a fenômenos sociais; quantitativas, a partir de testes de hipóteses e mensuração de relação entre variáveis; ou métodos mistos nos quais há uma combinação de metodologias quantitativas e qualitativas (Creswell, 2010). Olson (2009) sumarizou algumas características dos instrumentos utilizados por pesquisadoras/es para aferir preconceito, destacando que todos devem ser lidos como condições criadas para que as/os participantes se comportem na direção de medir constructos teóricos (i.e., homofobia, heterossexismo, etc.). De forma geral, os instrumentos de medidas de preconceito obtêm resultados compreendidos como dados explícitos (e.g., escalas likerts, escala de diferencial semântico, medidas de distanciamento social, entrevistas semi-estruturadas) ou implícitos (e.g., *Implicit Assessment Test*, *Priming effect*, *Implicit Relational Assessment Procedure*). Diante de instrumentos explícitos, presume-se que as/os respondentes têm condições e estão motivadas a relatar e indicar seus próprios preconceitos. Diferentemente, os

instrumentos que medem preconceito de forma implícita, geram condições nas quais os/as participantes não possuem controle consciente e não conseguem editar suas respostas (Nosek, Hawkins & Frazier, 2011).

A revisão de literatura de Costa, Peroni, Bandeira e Nardi (2012) indicou que os instrumentos utilizados com maior frequência nas pesquisas sobre preconceito sexual e de gênero foram: *Index of Homophobia* (IHP), *Attitudes Toward Lesbians and Gays Scale* (ATLG), *Homophobia Scale* e *Implicit Association Test* (IAT). Destes instrumentos, somente o IAT extrai uma medida considerada implícita. Os autores destacaram que entre 1993 e 2010, houve significativa melhora nos parâmetros psicométricos das escalas, porém as pesquisas foram conduzidas majoritariamente nos Estados Unidos e com estudantes universitários. Por fim, indicaram as dificuldades de revisões sistemáticas frente ao formato no qual os artigos são apresentados e a multiplicidade de definições sobre homofobia. Tais condições afetam a elaboração e interpretação dos constructos analíticos em revisões de literatura.

Sobral, Silva e Fernandes (2019) buscaram compreender como a Psicologia brasileira tem estudado homofobia, e revisaram artigos publicados entre os 2001 e 2018. Os/as autores/as encontraram 28 estudos qualitativos, seis quantitativos e cinco métodos mistos. As pesquisas foram agrupadas em quatro categorias diante de seus objetivos: “homofobia e aspectos psicossociais”, “homofobia e educação”, “homofobia e políticas públicas” e “homofobia e saúde”. Majoritariamente as publicações concentraram-se em aspectos psicossociais e, concluiu-se que a Psicologia tem contribuído para ampliar o conhecimento sobre homofobia no Brasil. Nesta revisão não foram apresentados os instrumentos utilizados nas pesquisas, nem as características sociodemográficas dos/as participantes.

Na revisão de Galpodini & Falcke (2019) os autores pormenorizaram aspectos metodológicos e analisaram como se tem definido os constructos teóricos utilizados por pesquisas da área brasileiras de psicologias sobre preconceito contra a diversidade sexual e de gênero. Os autores encontraram 23 artigos no período de 2003 à 2016, a maior parte das pesquisas foi realizada na região Nordeste, majoritariamente com estudantes e estudantes universitários (77%), e por meio de metodologia quantitativa. Como resultado desta revisão destacou-se que 80% dos artigos erroneamente utilizavam termo sexo para se referir ao gênero, e 78,3% dos estudos avaliavam formas expressas de preconceito. Esta revisão identificou o uso de 11 instrumentos para aferir preconceito, indicando certa pluralidade conceitual acerca do preconceito frente aos constructos avaliados. De forma geral, Gaspodini & Falcke (2019) encontraram (1) problemas teóricos e conceituais acerca das terminologias utilizadas pelas

pesquisas brasileiras sobre preconceito sexual e de gênero, (2) baixa representatividade da população geral nas pesquisas, pois estas majoritariamente avaliaram universitários, e (3) foco em preconceito contra a homossexualidade negligenciando questões de gênero.

Paz, Amazonas e Medrado (2020) apresentaram uma revisão de literatura acerca da violência homofóbica no Brasil com o objetivo de descrever o processo das/os pesquisadoras/es durante a revisão de literatura em detrimento de pormenorizar o conteúdo do material revisado. Ao final do estudo, os/as autores/as indicaram falta de perspectivas interseccionais que tragam dados de raça e classe social para o debate sobre o preconceito contra pessoas LGBTQIAP+. Destacaram também, a concentração de pesquisas na região Sul-Sudeste, e nas áreas temáticas de Psicologia Social e Clínica. Sobretudo, nesta revisão as/os autoras/es salientam que mesmo diante das controvérsias sobre o termo “homofobia”, este consiste no melhor descritor para recuperar pesquisas que se referem a esta forma de violência. A lacuna deste estudo foi a falta de categorização, quantificação e descrição das pesquisas que as/os autores/as encontraram.

Tendo em vista (a) os efeitos nocivos que preconceito sexual e de gênero produzem contra a população LGBTQIAP, (b) a pluralidade de estratégias de pesquisa sobre preconceito e (c) a necessidade científica de construir sínteses do conhecimento desenvolvido para verificar consensos e lacunas, objetivou-se nesta revisão de literatura caracterizar as pesquisas que avaliaram preconceito sexual e de gênero com participantes brasileiras/os frente as suas metodologias investigativas e os resultados encontrados.

Método

Este é um estudo de revisão sistemática de literatura baseada nas indicações PRISMA – *Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analysis* (Moher, Liberati, Tetzaff & Altman, 2009) para localização e seleção dos artigos. Utilizou-se o acrônimo *PICOS* (*participantes-participants*, *instrumentos-instruments*, *comparações-comparison*, *resultados-outcomes*, *delinemento-study-design*) para caracterização metodológica das pesquisas. A busca, seleção e análise dos artigos encontrados foram realizadas em três etapas.

Primeira Etapa: Levantamento bibliográfico. As buscas ocorreram durante o mês de agosto de 2022 em duas bases de dados *Scientific Electronic Library Online* (SCIELO) e Biblioteca Virtual de Psicologia Brasil (BVS-PSI BRASIL). Em cada uma das bases inseriu-se os descritores “preconceito”, “sexualidade”, “lgbt” e “homofobia”. Os descritores foram inseridos em pares no campo de busca, “preconceito” E/AND “sexualidade”, “preconceito” E/AND “lgbt”, e “homofobia” (descritor inserido individualmente). Todos os artigos

recuperados foram numerados e organizados nominal e numericamente em planilhas. A escolha por bases de dados nacionais e com descritores em português produz limites ao alcance dos artigos, contudo, pretendeu-se dar visibilidade a materiais de fácil acesso a pessoas brasileiras.

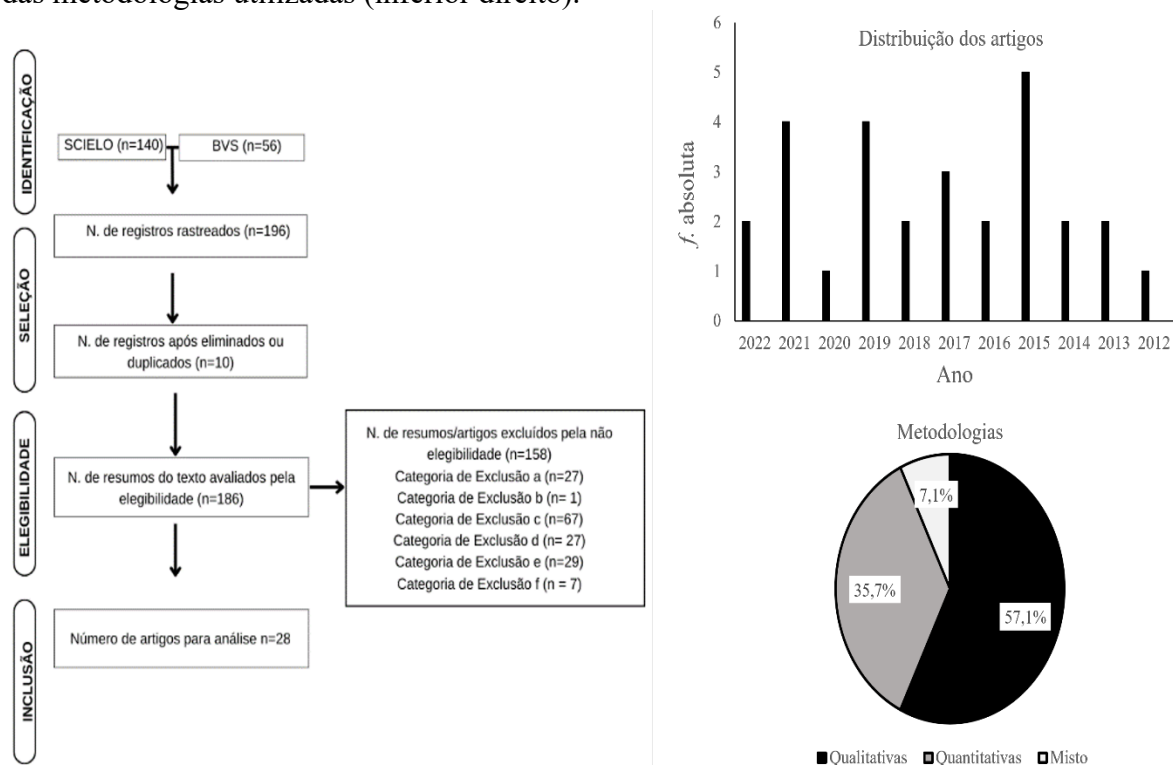
Segunda etapa: Seleção por meio de critérios. Os artigos localizados tiveram seus títulos e resumos lidos na íntegra. Para compor esta revisão adotou-se como critérios de inclusão artigos que avaliaram preconceito sexual e gênero em participantes brasileiras/os. Estudos sobre homofobia internalizada também compuseram esta revisão. Como critérios de exclusão teve-se (a) texto sobre assuntos não relacionados a preconceito sexual e de gênero, (b) artigos não disponíveis online para consulta em português, inglês ou espanhol, (c) artigos publicados antes do ano de 2012, (d) artigos teóricos, relato de intervenções, resenhas e revisões de literatura, (e) textos que o principal objetivo não foi avaliação do preconceito sexual, (f) pesquisas realizadas exclusivamente com participantes de países estrangeiros. Foram incluídos todos os artigos que avaliaram preconceito sexual e de gênero por meio de métodos quantitativos, qualitativos e mistos. Os textos repetidos entre os periódicos ou que apareceram mais de uma vez com diferentes descritores tiveram suas duplicatas excluídas.

Terceira etapa: Análise do material. Criou-se um banco de dados com artigos selecionados que foi conferido por um segundo pesquisador para verificar adequabilidade do material incluído e excluído. Divergências foram sanadas para composição final do conjunto de artigos com base nos objetivos e critérios estabelecidos nesta revisão. Todos os textos selecionados foram lidos integralmente para produção de fichamentos com caracterização dos estudos de acordo com suas metodologias e resultados.

Resultados

À esquerda da Figura 1 apresenta-se o percurso metodológico construído a partir das diretrizes PRISMA para seleção dos artigos. Dos 186 artigos encontrados somente 28 estudos atenderam aos critérios estabelecidos por esta revisão. No canto direito superior da Figura 1 pode-se ler que os anos com mais publicações foram 2015 (n = 5), 2019 e 2021 (n = 4) e 2017 (n = 3). Na mesma figura, no canto inferior direito, vê-se a quantidade das metodologias utilizadas nas pesquisas sendo 16 qualitativas, 10 quantitativas e 2 com métodos mistos.

Figura 1: Percurso metodológico para busca e seleção dos artigos (esquerda), distribuição do material de acordo com os anos de publicação entre 2012 e 2022 (superior direito) e proporção das metodologias utilizadas (inferior direito).



Fonte: Elaborada pelos autores, 2023.

Síntese descritiva das características metodológicas das 28 pesquisas encontradas

A partir dos fichamentos dos artigos encontrados, elaborou-se o Quadro 1 no qual apresenta-se uma síntese acerca das metodologias de pesquisa utilizadas pelas/os pesquisadoras/es, os instrumentos para coleta de dados e o grupo-alvo de participantes. Dentre as pesquisas qualitativas, a entrevista semiestruturada foi o instrumento de coleta de dados mais utilizado (n = 12). Três investigações utilizaram grupos focais e uma pesquisa etnográfica utilizou observação participante e entrevistas. A metodologia de organização e estruturação para interpretação dos dados qualitativos (inclui-se aqui pesquisas com métodos mistos) baseou-se na análise de conteúdo (n= 7), análise do discurso e teorias pós-estruturalistas (n = 5). Demais metodologias que apareceram uma única vez foram: análise de narrativas, análise temática, socioconstrucionismo e análise genealógica. As pesquisas quantitativas representam 35,7% (n = 10) da amostra desta revisão. Nestas investigações, a Escala de Preconceito contra Diversidade Sexual e de Gênero- EPDSG (Costa, Bandeira & Nardi, 2015) foi a única utilizada em mais de uma pesquisa. Outros constructos relacionados ao preconceito sexual e de gênero também mensurados pelas investigações foram: homofobia internalizada, homofobia sutil e manifesta, homofobia explícita e implícita, crenças sobre educação sexual na escola,

experiências escolares traumáticas em estudantes, crenças sobre a natureza da homossexualidade. Ainda que haja uma escala que pretendeu medir homofobia implícita, esta não utilizou instrumentos específicos desta modalidade de investigação. Portanto, nenhuma pesquisa recuperada nesta revisão apresentou instrumentos específicos que medem vieses implícitos de preconceito com base nas definições de Olson (2009) e Nosek, Hawkins & Frazier (2011). As duas pesquisas que utilizaram métodos mistos fizeram uso de teorias pós-estruturalista e estatísticas descritivas para analisar seus resultados.

Outro resultado desta revisão refere-se à diversidade de participantes das pesquisas: oito investigações foram realizadas especificamente com pessoas da comunidade LGBTQIAP+, seis com estudantes universitárias/os, cinco com estudantes da educação básica, duas com funcionários de empresas, uma pesquisa com psicólogas/os, duas com professores, duas pesquisas foram realizadas com usuárias/os de serviços de saúde e duas com pessoas da população em geral. Especificamente, a pesquisa de Souza, Moschetta & Comin (2019) investigou lideranças comunitárias por meio de grupo focal misto empenhado em discutir os efeitos da homofobia e as intervenções necessárias a serem desenvolvidas.

Ainda sobre a caracterização metodológica das pesquisas, vê-se na Tabela 1 uma rede de informações sobre as/os participantes das pesquisas frente aos seus marcadores sociais (i.e., gênero, raça, classe, região, orientação sexual, idade). Das 9.530² pessoas avaliadas e/ou entrevistas acerca do preconceito sexual e de gênero 46,8% autodeclararam-se do gênero feminino, 52% do gênero masculino e 0,9% identificaram-se enquanto pessoas trans, não binárias ou outras categorias de gênero dissidentes. Somente duas pesquisas não informaram a identidade de gênero das/os participantes. Acerca das orientações sexuais 1.950 correspondem a dissidências sexuais e 3.852 heterossexuais. Destaca-se que a orientação sexual dos/as participantes foi apresentada em 75% (n = 21) das pesquisas.

A crença religiosa dos participantes foi apresentada em nove pesquisas (32,1%) e a renda mensal foi apresentada em oito pesquisas (28,5%). Dados sobre raça dos/as participantes foram apresentados em sete pesquisas (25%), logo 21 pesquisas não apresentaram dados sobre raça dos seus participantes. Em 71,4% (n = 20) das pesquisas as/os participantes tinham idades

² As pesquisas de Souza, Silva & Santos (2017) e Souza, Silva & Santos (2015) e as pesquisas de Teixeira, Marreto, Benini & Santos (2012), Rondini, Teixeira-filho & Toledo (2017), devido aos seus métodos, resultados e autores parecem ter sido realizadas com os mesmos participantes de forma integral ou parcialmente, contudo, não há informações que confirmem esta hipótese

entre 18 e 65 anos, 14,5% (n = 4) tinham entre 12 e 65 anos e 14,5% (n = 4) entre 12 e 18 anos. Nenhuma pesquisa foi realizada com crianças menores de 12 anos de idade.

Quadro 1. Caracterização das 28 pesquisas frente aos seus públicos-alvo, metodologias de análise* e instrumentos utilizados para aferir preconceito sexual e de gênero de seus participantes.

Autores	Público-alvo da Pesquisa	Tipo de pesquisa/ Metodologia de Análise	Instrumentos
Santos & Santos (2022a)	Universitárias/os	Quantitativa / Relação estatística entre constructos e variáveis.	1. Questionário sociodemográfico; 2. <i>Scale of Prejudice Against Sexual and Gender Diversity</i> (PASGD, Costa et al., 2015); 3. <i>Scale of Beliefs of Sexual Education in School - SBSSES</i> , (Reis & Vilar, 2006)
Santos & Santos (2022b)	Homem Gay	Qualitativa/ Análise de conteúdo temática (Braun & Clarke, 2006)	1. Questionário sociodemográfico; 2. Entrevista em Profundidade; 3. Diário de Campo
Silva et al., (2021)	Serviço de Saúde	Qualitativa/ Análise de Conteúdo Bardin, 2009)	1. Entrevista semiestruturada
Almeida & Soares (2021)	Mulheres Lésbicas	Qualitativa/ Análise Narrativa (Andrade, 2012)	1. Entrevistas narrativas
Matta et al., (2021)	Estudantes Ed. básica	Qualitativa/ Análise de discurso (Denzin & Lincoln, 2018; Minayo, 2014)	1. Questionário sociodemográfico; 2. Grupo Focal (Denzin & Lincoln, 2018; Minayo, 2014)
Torres et al., (2021)	Universitárias/os	Quantitativa / Relação estatística entre constructos e variáveis.	1. Questionário sociodemográfico; 2. Questionário sobre condições de saúde (autoral); 3. <i>Internalized Homophobia Scale</i> (Lira & Morais, 2019); 4. <i>Perceived Discrimination everyday Questionnaire</i> (Smith, Ryan, Sonnega, Weir, 2021); 5. <i>UCLA Loneliness Scale</i> (Hugh, Waite, Hawkey, Cacioppo, 2004)
Ziliotto & Marcolan (2020)	Serviço de Saúde	Qualitativa/ Análise de Conteúdo Bardin, 2018)	1. Entrevistas individuais
Pompeu & Souza (2019)	Emprego	Qualitativa/ Análise de conteúdo (Bardin, 1977)	1. Entrevista semiestruturada (Yin, 2010)
Lira & Morais (2019)	LGBT's	Quantitativa / Relação estatística entre constructos e variáveis.	1. Questionário sociodemográfico; 2. <i>Internalized Homophobia Assessment Scale</i> (Costa, Pereira & Leal, 2013)
Souza, Moscheta & Comin (2019)	População em geral	Qualitativa/ Socio-construcionismo (Herzig, 2011; McNamee, 2008; Gergen, 1999)	1. Grupo focal
Jaeger et al., (2019)	Universitárias/os	Misto/ Estatísticas descritivas e Análise de Conteúdo (Bardin 2016)	1. Questionário sobre percepção da homofobia (Silva, Jaeger & Valdívila-Moral, 2018); 2. Grupo focal
Gaspodini & Facker (2018)	Emprego	Quantitativa / Relação estatística entre constructos e variáveis.	1. Questionário sociodemográfico; 2. Escala de Crenças sobre a Natureza da Homossexualidade (Pereira et al., 2009); 3. A Escala de Preconceito contra Diversidade Sexual e de Gênero Revisada – EPDSG-R (Costa, Peroni, Camargo, Pasley e Nardi, 2015)
Braga et al., (2018)	LGBT's	Qualitativa/ Análise de sentido (Minayo, 2005) e teoria queer.	1. Entrevista semi-estruturada

Caracterização de pesquisas sobre homofobia

Souza, Silva & Santos (2017)	Educadores/as Educação Básica	Quantitativa / Relação estatística entre constructos e variáveis.	1. Questionário sociodemográfico e sobre sexualidades, formação docente e homofobia (autoral); 2. Entrevista semi-estruturada
Rondini, Teixeira-Filho, & Toledo (2017)	Estudantes Ed. Básica LGBT's	Quantitativa / Relação estatística entre constructos e variáveis.	1. <i>Survey</i> (autoral)
Santos et al., (2017)		Quantitativa / Relação estatística entre constructos e variáveis.	1. Questionário Sociodemográfico; 2. Escala de religiosidade/Espiritualidade (Cerqueira-Santos et al., 2008); 3. Escala de Satisfação Conjugal (Falcke, 2003); 4. Escala de Homofobia Internalizada (Pereira & Leal, 2005)
Gusmão et al., (2016)	Universitárias/os	Quantitativa / Relação estatística entre constructos e variáveis.	1. Escala de homofobia Explícita e Implícita (Marinho et al., 2004); 2. Questionário de Valores Básico (Gouveia et al., 2008)
Lira, Morais & Boris (2016)	Mulheres Lésbicas	Qualitativa/ Análise de conteúdo (Bardin, 1977/1995)	1. Entrevista semiestruturada
Natarelli et al., (2015)	Geral	Qualitativa/ Análise de Conteúdo	1. Entrevistas semiestruturadas
Souza, Silva & Faro (2015)	Estudantes Ed. Básica	Quantitativa / Relação estatística entre constructos e variáveis.	1. Questionário sociodemográfico; 2. questionário sobre Bullying (adaptado Bandeira 2009); 3. Escala de Homofobia Manifesta e Sutil (Souza, 2013)
Gato, et al., (2015)	Universitárias/os	Quantitativa / Relação estatística entre constructos e variáveis.	1. Escala Multidimensional de Atitudes Face a Lésbicas e a Gays (Gato, Fontaine & Leme, 2014)
Albuquerque & Williams (2015)	Universitárias/os	Qualitativa/ Análise de trechos e partes das respostas textuais dos participantes ao instrumento (estudo retrospectivo)	1. “Escala sobre Experiências Escolares Traumáticas em Estudantes – Revisada (ExpT- -R) (Albuquerque & Williams, 2014)”.
Souza, Silva & Santos (2015)	Educadores/as Educação Básica	Qualitativa / Análise de Conteúdo (Bardin, 2011)	1. Questionário sobre homofobia nas escolas (autoral); 2. Entrevista semiestruturada
Perducchi, Brandão & Vieira (2014)	LGBT's	Qualitativa/Etnografia (Fonseca 1999) e Análise do Discurso (Foucault, 2004)	1. Observação participante; 2. entrevistas semiestruturadas
Rohm & Pompeu (2014)	Emprego	Qualitativa/Genealogia (Rohm, 2003)	1. Entrevista semiestruturadas
Perucchi & Corrêa (2013)	Estudantes Ed. Básica	Qualitativa/História Oral e Análise do Discurso foucaultiana	1. Entrevista semiestruturada
Toledo & Teixeira-Filho (2013)	Mulheres lésbicas	Qualitativa/ Narrativas de história de vida/Pós-estruturalismo	1. Entrevistas semiestruturadas
Teixeira et al., (2012)	Estudantes Ed. Básica	Misto/ Estatísticas descritivas e teorias pós-estruturalista de gênero	1. Questionário autoaplicável adaptado do <i>Centre Gai & Lesbien</i> de Paris

Fonte: Elaborada pelos autores, 2023.

*As referências apresentadas frente acerca das metodologias utilizadas são as mesmas que as/os autoras/es inseriram em suas seções de “método”. Também se optou por manter o nome dos instrumentos tal qual apresentaram-se nos artigos.

Tabela 1. Caracterização das 28 pesquisas frente a número de participantes, idade, gênero, orientação sexual e marcadores sociais.

Autores	n	Idade	Fem	Masc	Trans	LGBT+	Hetero	raça	religião	renda**	região
Santos & Santos (2022a)	580	18-65	244	333	3	129	451	Não	Sim	Não	Nordeste
Santos & Santos (2022b)	1	18-65	1	0	0	1	0	Sim	Sim	Não	s/d
Silva et al., (2021)	9	18-65	s/d	s/d	s/d	9	0	Não	Não	Não	DF
Almeida & Soares (2021)	7	18-65	0	7	0	7	0	Não	Não	Não	Sul
Matta et al., (2021)	132	12-65	60	72	0	s/d	s/d	Sim	Não	Sim	Sudeste
Torres et al., (2021)	976	18-65	405	487	84	960	16	Sim	Não	Sim	5 regiões
Ziliotto & Marcolan (2020)	15	18-65	8	7	0	5	10	Não	Sim	Não	Sudeste
Pompeu & Souza (2019)	12	18-65	9	3	0	5	7	Não	Não	Não	s/d
Lira & Moraes (2019)	564	18-65	243	321	0	564	0	Não	Não	Sim	5 regiões
Souza, Moscheta & Comin (2019)	13	18-65	7	6	0	10	3	Não	Não	Não	Sudeste
Jaeger et al., (2019)	260	18-65	154	106	0	14	246	Não	Não	Não	Sul
Gaspodini & Facker (2018)	497	18-65	97	396	4	s/d	s/d	Não	Não	Sim	5 regiões
Braga et al., (2018)	12	12-65	9	3	0	12	0	Sim	Não	Não	Sudeste
Souza, Silva & Santos (2017)	17	18-65	9	8	0	s/d	s/d	Não	Sim	Não	Nordeste
Rondini, Teixeira-Filho, Toledo (2017)	2.159	12-18	921	1.238	0	s/d	s/d	Não	Não	Não	Sudeste
Santos et al., (2017)	94	18-65	49	45	0	94	0	Não	Sim	Sim	Mult
Gusmão et al., (2016)	174	12-65	74	100	0	10	164	Não	Sim	Sim	Nordeste
Lira, Moraes & Boris (2016)	4	18-65	0	4	0	4	0	Não	Não	Não	Nordeste
Natarelli et al., (2015)	9	12-65	5	4	0	9	0	Não	Não	Não	Sudeste
Souza, Silva & Faro (2015)	808	12-18	460	348	0	12	796	Sim	Sim	Não	Nordeste
Gato et al., (2015)	844	12-18	390	454	0	s/d	s/d	Não	Não	Não	Sudeste ¹
Albuquerque & Williams (2015)	21	18-65	14	7	0	s/d	s/d	Sim	Não	Sim	Sudeste
Souza, Silva & Santos (2015)	7	18-65	3	4	0	s/d	s/d	Não	Sim	Não	Nordeste
Perducchi, Brandão & Vieira (2014)	10	18-65	5	5	0	10	0	Não	Não	s/d	s/d
Rohm & Pompeu (2014)	13	18-65	5	8	0	13	0	Não	Não	Não	Sudeste
Perucchi & Corrêa (2013)	10	18-65	5	5	3	10	0	Não	Não	Não	Sudeste
Toledo & Teixeira-Filho (2013)	10	18-65	0	10	0	10	0	Sim	Sim	Sim	Sudeste
Teixeira et al., (2012)	2.268**	12-18	1289	979	0	62	2159	Não	Não	Sim	Sudeste
Total (%)	9530		4465	4959	94	1950	3852	7 (25%)	9 (32,1%)	8 (28,5%)	

Fonte: Elaborada pelos autores, 2023. ¹Pesquisa realizada com participantes brasileiras/os (sudeste) e portuguesas/es. ** Quatro participantes não identificaram o gênero, nove recusaram a auto definir suas orientações sexuais, 33 não sabiam e cinco deram outras respostas, 10 não declararam a orientação sexual.

Frente as regiões brasileiras nas quais as pesquisas foram desenvolvidas 42,8% (n = 12) ocorreram no Sudeste e 21,4% Nordeste (n = 6), na região Sul teve-se duas pesquisas, no Centro-Oeste, mais especificamente no Distrito Federal, uma pesquisa. Três estudos apresentaram dados das 5 regiões do país e uma pesquisa nomeou-se multicêntrica (sem especificidades sobre quantidade de participantes por região). Não foi recuperado nenhuma pesquisa desenvolvida especificamente na região Norte e três pesquisas não apresentaram as regiões de seus participantes.

Síntese qualitativa dos resultados das 28 pesquisas encontradas

Primeiramente verificou-se espaços nos quais há manifestações de preconceito sexual e de gênero, sendo predominante a escola e a casa (Silva, Cardoso, Cardoso & Gonçalves, 2021, Almeida & Soares, 2021; Matta, Taquette, Souza & Moraes, 2021; Santos & Santos, 2020; Braga, Oliveira, Silva & Melo, 2018; Souza, Silva & Santos, 2017; Rondini, Teixeira-Filho & Toledo, 2017; Gusmão et al., 2016; Lira, Moraes & Boris, 2016; Natarelli, Braga, Oliveira & Silva, 2015; Souza, Silva & Faro, 2015; Williams & Albuquerque, 2015; Souza, Silva & Santos, 2015; Perucchi, Brandão & Vieira, 2014; Toledo & Teixeira-Filho, 2013; Perucchi & Correa, 2013; Teixeira, Marreto, Benini & Santos, 2012). Os dados destas pesquisas descrevem dinâmicas ora mais diretas, ora mais indiretas de preconceito, e explicitam que mesmo com avanços legais acerca da diversidade sexual e de gênero as práticas cotidianas de preconceito mantêm-se presentes.

Em seguida, observou-se a relação entre maiores índices de preconceito relacionados a pessoas de gênero masculino (Jaeger, Venturini, Oliveira, Mora & Silva, 2019; Gato, Fontaine, Leme & Leme, 2015; Rondini, Teixeira-Filho & Todelo, 2017; Gusmão et al., 2016; Natarelli et al., 2015; Souza, Silva & Faro, 2015) inclusive adolescentes (Matta et al. 2021). Nestas pesquisas, as estruturas sociais e as práticas culturais heterossexistas e machistas apresentam-se relacionadas aos modos de desenvolvimento de homens na sociedade. Discute-se que a perpetração de preconceitos contra as dissidências sexuais e de gênero fortalece os homens em seus privilégios sociais ao manter a relação de normalidade e poder estabelecidas pela cisheteronormatividade.

Os efeitos do preconceito sobre as pessoas LGBTQIAP+ apresentaram-se, sobretudo, no âmbito da saúde mental como baixa autoaceitação ou homofobia internalizada (Lira & Moraes, 2019; Lira, Moraes & Boris, 2016), medo, insegurança, risco de suicídio e comprometimento de saúde mental (Santos & Santos, 2020; Braga et al., 2018, Natarelli et al., 2015; Perucchi, Brandão & Vieira, 2014), dificuldade de identificar situações de violência e aceitação de práticas violentas (Peruchi & Correa, 2013), perda de apoio social e familiar (Toledo & Teixeira-filho, 2013), aumento do consumo de álcool e tabaco (Torres et al., 2021), Transtorno de Estresse Pós-Traumática, níveis clínicos de depressão e ansiedade (Williams & Albuquerque, 2015). As pesquisas também indicaram ações imprescindíveis para diminuir o sofrimento de vítimas de preconceito como treinamento e especialização dos serviços de saúde (Silva et al., 2021, Torres et al., 2021), necessidade de criar estratégias para melhorar a convivência da diversidade sexual e de gênero no ambiente escolar (Perucchi & Correa, 2013; Souza, Silva & Faro, 2015, Gato et al., 2015) e universitário (Jaeger et al., 2019).

Algumas pesquisas avaliaram e investigaram o preconceito sexual e de gênero por outras perspectivas teóricas e metodológicas como em Souza, Moscheta & Comin (2019) na qual os/as pesquisadores/as apresentaram uma proposta de pesquisa-intervenção através de grupo focal no qual criou-se condições para diálogo de pessoas com ideias conflitantes (e.g., pastores evangélicos e ativistas LGBT), garantido a não-violência e o estabelecimento de propostas com objetivo de melhorar as relações comunitárias. Outra investigação específica sobre preconceito foi de Santos, Carvalho, Nunes & Silveira (2017) na qual identificou-se a relação entre níveis de homofobia internalizada e religiosidade de 94 participantes. As/os autoras/es buscaram refletir que pesquisas sobre preconceito internalizado devem levar em consideração a esfera privada das crenças e valores (i.e., religiosidade, satisfação conjugal), uma vez que por um lado ajudam na constituição de sentimentos de pertencimento e identificação, e por outro lado, prejudicam a autoimagem e aceitação de si mesmas/os. Por fim, a pesquisa de Lira, Moraes & Boris (2016) trouxe resultados positivos sobre as estratégias de superação e enfrentamento do preconceito e discriminação de mulheres lésbicas e mães. As participantes indicaram perceberem certo “afrouxamento” do preconceito e, através disso, buscam avançar em seus projetos de realização pessoal e familiar. Destaca-se que os

artigos encontrados descreverem a homofobia como um fenômeno social sem individualizações ou patologizações baseadas em aspectos da personalidade dos agressores ou das vítimas. Todos os artigos recuperados articularam seus resultados com teorias e leituras conjunturais acerca do preconceito enquanto produção cultural relacionada a cisheteronormatividade.

Discussão

Como primeira ressalva, ainda que o termo homofobia tenha baixa operacionalidade, não contemple toda diversidade sexual e de gênero e indique um viés patologizante (Herek, 2009), verificou-se nesta revisão que este termo segue sendo o descritor que mais recupera estudos sobre preconceito sexual e de gênero corroborando com Paz, Amazonas e Medrado (2020). O frequente uso de “homofobia” enquanto conceito “guarda-chuva” para investigação do preconceito sexual e de gênero pode estar relacionado com as hipóteses de Gaspodini & Falcker (2019) sobre a ênfase dada (I) aos estudos de preconceito contra relações homoafetivas masculinas, (II) desinteresse de parcela da comunidade científica na proposição de novas terminologias e (III) a diversidade e os desencontros conceituais dentro da Psicologia.

O objetivo deste artigo foi revisar a literatura de pesquisas que avaliaram preconceito sexual e de gênero com vistas a caracterizar suas metodologias e resultados. Em geral, metodologicamente viu-se que (a) faltam pesquisas quantitativas a partir do período estudado, este resultado contrasta com o de Gaspodini & Falcker (2019), (b) ausência de pesquisas com instrumentos para medida de preconceito implícito, (c) limitada caracterização racial e baixa variabilidade geracional das/os participantes, apontando a necessidade de maior integração com leituras interseccionais nos estudos sobre preconceito, (d) ausência de pesquisas na região Norte do país. Acerca dos resultados encontrados, as pesquisas apresentaram que a escola e a casa são locais frequentemente relatados como mantenedores de preconceito sexual e de gênero; participantes homens demonstraram maiores índices de preconceito quando comparado com mulheres, e, a condição de vítimas do preconceito compromete a saúde mental da

população LGBTQIAP+. Estes dados serão discutidos de forma pormenorizada nesta seção e corroboram com estudos anteriores (Gaspodini & Falcker, 2019; Costa & Nardi, 2015; Costa et al., 2012).

Reflexões sobre as metodologias das pesquisas de avaliação do preconceito sexual e de gênero

Os resultados desta revisão corroboram com os de Sobral, Silva & Fernandes (2019) ao identificar que é mais frequente o uso de pesquisas qualitativas que utilizam entrevistas e grupos focais como método de coleta de dados. Por meio de métodos qualitativos pode-se acessar as/os participantes acerca de suas vivências e concepções sobre o preconceito, enquanto vítimas ou como perpetradores/as. Contudo, também implica em caracterizações mais singulares (e.g., estudos de caso) que exigem das/os pesquisadoras/es articulações explicativas e interpretativas com menor potencial de generalizações.

A falta de pesquisas quantitativas expõe as lacunas sobre a replicabilidade dos instrumentos padronizados no Brasil para mensurar preconceito sexual e de gênero, bem como, a dificuldade de caracterizações mais amplas sobre o fenômeno (Gaspodini & Falcker, 2019; Costa et al., 2012). Outro agravante é que embora algumas pesquisas encontradas (e.g., Souza, Silva & Faro, 2015; Gusmão et al., 2016) tenham tentado medir preconceito implícito nenhuma utilizou instrumentos específicos que de fato medem vieses implícitos. Os dados produzidos por meio de medidas implícitas podem somar junto dos dados explícitos quando observadas as suas limitações metodológicas e teorias interpretativas. Isto porque, desde o início dos estudos sobre preconceito vê-se uma modificação na forma de expressar publicamente falas preconceituosas para formas sutis, modernas, veladas ou implícitas sobre o próprio preconceito (Teixeira et al., 2021; Myers, 2013; Nosek, Hawkins, Frazier, 2011).

É importante observar que Rondini, Teixeira-Filho, & Toledo (2017) e Teixeira et al., (2012) utilizaram métodos quantitativos, porém, leram tais resultados a partir de teorias pós-estruturalista – área que predominantemente opera com dados qualitativos. Talvez, essas pesquisas possam indicar uma possibilidade de uso de dados matemáticos sob um viés crítico e conjuntural, – característico das ciências humanas – favorecendo o

rastreio de informações, uso medidas objetivas e levantamento de dados sociodemográficos, bem como as relações simbólicas e históricas constituintes do preconceito.

Tanto as pesquisas quantitativas, como qualitativas apresentam ônus e bônus advindo das potencialidades e limitações metodológicas adotadas por qualquer pesquisa científica. Uma alternativa seria o uso de métodos mistos, entretanto, estes exigem das/os pesquisadoras/es versatilidade e variabilidade metodológica, recursos financeiros e tempo (Creswell, 2010). A indicação para uso de métodos mistos baseia-se no fato de o preconceito sexual e de gênero ocorrer em diversos níveis passíveis de análises (intraindividual, interindividual, intergrupais e institucional). As pesquisas com métodos mistos podem conectar dados de diferentes enfoques e necessidades grupais, ampliar o quadro de relações socialmente estabelecidas acerca do preconceito, identificar pontos nos quais exista a necessidade de particularizações e especificações, e favorecer o desenvolvimento de projetos sociais para modificação de práticas preconceituosas.

Outro dado que merece destaque nesta discussão é a baixa quantidade de pesquisas que identificaram raça e etnia de suas/es participantes. É sintomático o apagamento da raça enquanto uma variável sociodemográfica, sobretudo dentro do país latino-americano que mais recebeu escravizadas/os africanas/os. A crítica e as indicações metodológicas oferecidas pelo feminismo negro e por teorias interseccionais explicitam argumentos sólidos sobre a importância da evidência dos marcadores sociais para caracterização dos locais sociais específicos nos quais se vivenciam discriminações e preconceito (Paz, Amazonas e Medrado, 2020; Akotirene, 2018). Pensar os preconceitos e discriminações como fenômenos separados dos marcadores sociais pode comprometer a interpretação das/os cientistas sobre a realidade das pessoas vítimas e perpetuadoras do preconceito. Logo, ser uma pessoa lésbica preta favelada é diferente de ser um homem gay da classe média, e esses dados precisam ser levados em consideração para caracterizar especificidades do preconceito.

Por fim, a ausência de participantes crianças e poucas pesquisas com idosos, indicam uma lacuna etária nas pesquisas de preconceito. Elaborou-se algumas hipóteses acerca destas exclusões com base na idade das/os participantes. Sobre as crianças destaca-se primeiramente os requisitos necessários para implementação de pesquisas com este

público (i.e., termo de assentimento, atividades lúdicas e adaptadas para compreensão de perguntas de pesquisa, local adequado, etc.). Tais adaptações são difíceis e custosas, além de exigir das/os pesquisadoras/es conhecimento sobre infância e desenvolvimento humano. Segundo, e talvez mais importante, o pânico moral estabelecido por discursos reacionários acerca do gênero e da sexualidade humana pode limitar o acesso de investigações sobre preconceito com esta população. Entretanto, investigar preconceitos (e.g., gordofóbicos, xenofóbicos, racistas, classistas, capacitistas, homofóbicos entre outros) em crianças pode ampliar a compreensão do desenvolvimento social e cognitivo engendrado em práticas preconceituosas, assim como, indicar as características de trabalhos preventivos. A pesquisa com idosos pode apresentar limitações derivadas de condições de saúde física e cognitiva que também exigem manejos e instrumentos específicos por parte das/os pesquisadoras/es. Contudo, o acesso a dados intergeracionais pode contribuir para delinear os efeitos das modificações culturais sobre o preconceito. Como pesquisadoras/es é premente desenvolver métodos específicos para acessar outras populações além de adultos e adolescentes, sobretudo, aquelas/es pertencentes a espaços educacionais como escolas e universidades (Gasponidi & Falcker, 2019). Por fim, nenhuma pesquisa focou as investigações em populações da região Norte do Brasil, este também é um dado sobre a desigualdade em investimentos e produção de conhecimento no país. A falta de pesquisas pode produzir um apagamento das necessidades e condições destas/es cidadãs/ãos e tornar moroso ou inexistente o processo de criação de políticas públicas.

Reflexões acerca dos resultados das pesquisas de avaliação do preconceito sexual e de gênero

Quantidades substanciais das pesquisas encontradas indicaram que homens são mais preconceituosos e mais resistentes em conviver com a diversidade de identidades sexuais e de gênero (Matta et al. 2021; Jaeger, Venturini, Oliveira, Mora & Silva, 2019; Gato, Fontaine, Leme & Leme, 2015; Rondini, Teixeira-Filho & Todelo, 2017; Gusmão et al., 2016; Natarelli et al., 2015; Souza, Silva & Faro, 2015). Esses dados se somam aos relatórios sobre violência contra população LGBTQIAP+, os quais indicam que majoritariamente os crimes são cometidos por homens (Conselho Nacional de Justiça,

2022; Santos & Silva, 2021; Mendes & Silva, 2020). O heterossexismo, ideologia que institui a heterossexualidade como norma reguladora no topo da hierarquia social, somado ao patriarcado, estrutura social que opera a partir do sistema sexo-gênero com vistas a colocar as mulheres, o feminino e as dissidências sexuais e de gênero, em posições de subalternidade, consolidam os privilégios que homens obtêm quando operam na manutenção desses sistemas. A complexa rede de aprendizagens sociais para os homens se identificarem e atuarem como mantenedores destes sistemas inicia-se desde a infância por meio de suas práticas de socialização (Matta et al., 2021; Souza, Silva & Faro, 2015) em casa e na escola (Junqueira, 2013); tais práticas são atravessadas pela violência, hostilização das diferenças e busca por controle e domínio social.

A Casa, a escola, o trabalho são espaços cotidianos importantes para o desenvolvimento humano e para a socialização. A afirmação categórica no início do artigo sobre o perigo à vida de pessoas que se identificam ou são identificadas como LGBTQIAP+ se clarifica frente a substancial quantidade de pesquisas encontrada que indicaram a escola e a família como os locais nos quais mais se cometem preconceitos sexuais e de gênero.

Com ênfase nas práticas preconceituosas nas escolas parte das equipes técnicas (professoras/es, coordenadoras/es, funcionárias/os) apareceram como negligentes, omissas e/ou perpetradoras da violência, ainda que os relatos de agressão baseadas em preconceito tenham sido majoritariamente entre estudantes. Foram apontadas como preponderantes para o sofrimento de pessoas dissidentes sexuais e de gênero o baixo preparo das/os profissionais da educação para as demandas desta comunidade. Além disso, a escola mantém práticas cisheteronormativas, e, por vezes, é conivente com violências e preconceitos contra diversidade sexual e de gênero. Souza, Silva & Santos (2017, 2015) apresentaram que as/os professoras/es tinham representações ambíguas e pouco coerentes sobre homofobia, compreendendo orientação sexual como uma escolha/opção, e não reconhecendo piadas homofóbicas como prática preconceituosa. Pode-se ler esses dados por meio da proposta de Junqueira (2013) sobre a “pedagogia do armário” que se constitui como um conjunto de práticas de exclusões e violências que exigem das crianças e adolescentes esconderem suas identidades e expressões sexuais e de gênero, ou deixam tais estudantes sofrerem após compartilharem suas identidades.

Assim, no Brasil as duas instituições sociais, família e escola, que recebem as crianças em seus processos de humanização tem se apresentado como violentas frente a suas existências quando não correspondem às normas cisheterossexuais.

A educação aparece como uma instituição fundamental nas investigações encontradas, uma vez que se identificou as dificuldades do enfrentamento ao preconceito sexual e de gênero nas escolas (Souza, Silva & Santos, 2017; Souza, Silva & Faro, 2015; Souza, Silva & Santos, 2015), e, também no ensino superior (Gato et al., 2015). Logo, o preconceito apresenta-se como um fenômeno que se cronifica ao longo dos anos de formação, e, mesmo em egressos do curso de Psicologia viu-se que há profissionais que mantém níveis expressivos de preconceito (Gaspodini & Falcke, 2018)³. A universidade, assim como a escola, está inserida nas práticas sociais cotidianas e não está isenta de reproduzir os preconceitos mesmo dentro de suas propostas formativas laicas, cidadãs e científicas que pressupõem uma posição contrária a quaisquer formas de preconceito. Embora, os dados de Santos e Santos (2022) apresentem pequenas modificações em níveis de preconceito restritas a estudantes de cursos de licenciatura que continham em seus currículos conteúdos sobre diversidade sexual e de gênero, estes dados não foram replicados em outras pesquisas (Jaeger et al., 2019; Gusmão et al., 2016). Estas constatações devem direcionar todas as instituições educacionais para criação de estratégias político-pedagógicas transversais para combater e dirimir o preconceito sexual e de gênero. Acompanhamentos sistemáticos sobre a modificação de práticas preconceituosas devem ser realizadas para averiguar a eficácia das intervenções planejadas para este fim.

É importante destacar que formas contemporâneas de preconceito como a “homofobia liberal” estão alinhadas ao neoliberalismo (Souza, Silva & Santos, 2017), que apresenta uma versão atualizada do “amamos o pecador, mas abominamos o pecado”. Por meio da homofobia liberal identidades e expressões sexuais e de gênero devem ser retiradas do espaço coletivo e lançadas para esfera privada ou ter suas demandas negligenciadas pois, frente a uma leitura meritocrática marcadores sociais não são

³ O Conselho Federal de Psicologia a partir das Resoluções 00/99 e 01/ 2018 proíbe a participação de psicólogas/os em atividades preconceituosas que visem a constranger, intimidar, patologizar ou modificar as expressões sexuais e de gênero da população LGBTQIAP+.

impeditivos ao desenvolvimento. Mas, no caso dos muitos adolescentes avaliados nas pesquisas desta revisão, qual seria a esfera privada na qual eles podem vivenciar seus gêneros e sexualidades quando moram ainda com seus pais que também apresentam preconceitos? Quais tipos de estratégias os jovens precisam desempenhar para conter, esconder e dissimular os próprios desejos? A homofobia liberal é um exemplo de discurso que pretende reinstalar guetos marginalizadores para pessoas que não atendam expectativas cisheteronormativas. Ademais, a relação entre homofobia internalizada e crenças religiosas (Santos et al., 2017) são indicativos de como novos discursos, ou formas modernas de preconceito, são absorvidos pela sociedade por meio de uma roupagem “não ofensiva”, mas que fortalece e cria novas formas de sofrimento para pessoas não-cisheterossexuais. A leitura deste conjunto de práticas preconceituosas institucionalizadas na casa, na escola e no trabalho subsidiam a compreensão dos resultados das pesquisas que indicaram os severos prejuízos em saúde mental apresentados pela população LGBTQIAP+ (Lira & Moraes, 2019; Lira, Moraes & Boris, 2016 Santos & Santos, 2020; Braga et al., 2018, Ntarelli et al., 2015; Perucchi, Brandão & Vieira, 2014; Torres et al., 2021; Williams & Albuquerque, 2015). Isto é a sociedade por meio das práticas preconceituosas produz sofrimentos a comunidade LGBTQIAP+ inviabilizando espaços saudáveis para o desenvolvimento e a aprendizagem.

Considerações finais

Pretendeu-se com esta revisão caracterizar as pesquisas sobre preconceito sexual e de gênero a partir de suas metodologias e resultados, para assim verificar os caminhos percorridos, e propor novos caminhos de investigação com vistas a superar algumas lacunas metodológicas identificadas. Ademais, futuras revisões podem buscar evidências de projetos e intervenções psicossociais sobre construções de estratégias para o enfrentamento do preconceito. Assim, pode-se iniciar um movimento de divulgação científica apresentando à comunidade conjuntos de ações voltadas para a eliminação do preconceito sexual e de gênero.

O Brasil é signatário da declaração de Yogyakarta, bem como possui instrumentos legais aprovados pelo Supremo Tribunal Federal (STF) os quais criminalizam práticas de preconceito contra a população LGBTQIAP+ (Brasil, 2022). Ainda que reconhecido o avanço dos instrumentos políticos para proteção da vida de pessoas não-

cisheterossexuais, a lei *per se* não modifica diretamente as ideologias cisheterossexistas que são estruturantes da cultura nacional. A implementação de políticas públicas e um projeto de país sem preconceito e discriminação deve permear todas as práticas institucionais (educacionais, sociais, de saúde, trabalho, lazer e cultura, etc.) de forma transversal.

Os resultados desta revisão podem apresentar limitações frente as escolhas metodológicas como os descritores, as bases de dados utilizadas, e a consulta de materiais publicados exclusivamente em língua portuguesa. Por tanto, se reconhece que o resultado apresentado não é o número absoluto das pesquisas sobre preconceito sexual e de gênero produzidas a partir da população brasileira.

Em resumo, a partir dos dados desta revisão de literatura indica-se que metodologicamente futuras pesquisas sobre preconceito sexual e de gênero se atentem para (a) viabilidade de utilizar métodos mistos articulando dados quantitativos e qualitativos, (b) explorar instrumentos específicos para medir preconceito implícito, (c) avaliar e investigar preconceitos com crianças e idosos para caracterizar as diferenças geracionais, (d) aderir às indicações interseccionais para caracterização dos/as participantes, (e) investir em pesquisas sobre preconceito em todas as regiões do país. Por fim, indica-se a construção de estratégias de combate ao preconceito sexual e de gênero, com ênfase em espaços formativos para a família, a escola, a universidade e os espaços organizacionais e de trabalho.

Referências⁴

Akotirene, C. (2018). *O que é interseccionalidade?* São Paulo: Letramento.

*Albuquerque, P. P., Williams, L. C. A. (2015). Homofobia na Escola: Relatos de Universitários sobre as Piores Experiências. *Temas em Psicologia*, 23(3),663-676. doi: <https://doi.org/10.9788/tp2015.3-11>.

*Almeida, A. L., Soares, R. R. (2021). Narrativas de mulheres lésbicas sobre as vivências no cotidiano e no período escolar. *Revista Estudos Feministas*, 29,1-14. doi: <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2021v29n167625>.

⁴ As referências com asterisco (*) compuseram o conjunto de artigos para análise nesta revisão de literatura.

*Braga, I. F., Oliveira, W. A., Silva, J. L., Mello, F. C. M., Silva, M. A. I. (2018). Violência familiar contra adolescentes e jovens gays e lésbicas: um estudo qualitativo. *Revista Brasileira de Educação*, 71, 1295-1303. doi: <https://doi.org/10.1590/0034-7167-2017-0307>

Brasil, Supremo Tribunal Federal (STF). Direitos das pessoas LGBTQIAP+. *Cadernos de jurisprudência do Supremo Tribunal Federal: concretizando direitos humanos*. [recurso eletrônico] Brasília: STF:CNJ, 2022.

Borillo, D. (2016). *Homofobia: história e crítica de um preconceito*. Belo Horizonte: Autêntica Editora.

Conselho Nacional de Justiça. (2022). Discriminação e violência contra a população LGBTQIA+. Relatório de pesquisa. Brasília: CNJ. <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2022/08/relatorio-pesquisa-discriminacao-e-violencia-contralgbtqia.pdf>

Costa, A. B., Nardi, H. C. (2015). Homofobia e preconceito contra diversidade sexual: debate conceitual. *Temas em Psicologia*, 23(3), 715-726. doi: <http://dx.doi.org/10.9788/TP2015.3-15>

Costa, A. B., Bandeira, D., Nardi, H. C. (2015). Avaliação do preconceito contra diversidade sexual e de gênero: construção de um instrumento. *Estudos em Psicologia*. 32(2), 163 -172. doi: <https://doi.org/10.1590/0103-166X2015000200002>

Costa, A. B., Peroni, R. Bandeira, D. Nardi, F. C. (2012) Homophobia or sexism: A systematic review of prejudice Against nonheterosexual orientation in Brasil. *International Journal of Psychology*, 48, 1-10, doi: <https://doi.org/10.1080/00207594.2012.729839>

Creswell, J. W. (2010). *Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto*. Porto Alegre: Artmed.

Foucault, M. (1988). *A história da sexualidade: vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal.

*Gaspodin, I. B. Falcke, D. (2018). Relações entre Preconceito e Crenças sobre Diversidade Sexual e de Gênero em Psicólogos/as Brasileiros/as. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 38, 744-757. doi: <https://doi.org/10.1590/1982-3703001752017>

Gaspodini, I. B., Falcke, D. (2019). Estudos psicológicos brasileiros sobre preconceito contra diversidade sexual e de gênero. *Estudos Interdisciplinares em Psicologia*, 10(2), 59-79. doi: <https://doi.org/10.5433/2236-6407.2019v10n2p59>

*Gato, J., Fontaine, A. M., Leme, V. B. R., Leme, A. A. (2015). Homofobia Transatlântica: Preconceito contra Lésbicas e Gays em Portugal e no Brasil. *Temas em Psicologia*, 23(3),701-713. doi: <http://dx.doi.org/10.9788/TP2015.3-14>.

*Gusmão, E. E. S., Nascimento, B. S., Gouveia, V. V., Filho, L. G. F., Costa, K. M. R., Moura, H. M., Monteiro, R. P. (2016). Valores Humanos e Atitudes Homofóbicas Flagrante e Sutil. *Psico-USF*, 21(2),367-380. doi: <https://doi.org/10.1590/1413-82712016210213>

Herek, G. M. (2004). The psychology of sexual prejudice. *Current Directions in Psychological Science*, 9(1),19-22, 2004. doi: <https://doi.org/10.1111%2F1467-8721.00051>

Herek, G. Sexual Prejudice. IN: Nelson, T. D. (org.). (2009). *Handbook of prejudice, stereotyping and Discrimination*. Nova Iorque: Psychology Press.

*Jaeger, A. A., Venturini, I. V., Oliveira, M. C., Mora, P. V., Silva, P. (2019). Formação profissional em educação física: homofobia, heterossexismo e as possibilidades de mudanças na percepção dos(as) estudantes. *Movimento*, 25, 1-13. doi: <https://doi.org/10.22456/1982-8918.88681>.

Junqueira, R. D. (2013). Pedagogia do armário: a normatividade em ação. *Retratos da Escola*, 7(13), 481-498. doi: <https://doi.org/10.22420/rde.v7i13.320>

*Lira, A. N., Moraes, N. A., Boris, G. D. J. B. (2016). (In)Visibilidade da Vivência Homoparental Feminina: entre preconceitos e superações. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 36(1), 20-33. doi: <https://doi.org/10.1590/1982-3703000152014>.

*Lira, A. N., Moraes, N. A. (2019). Validity Evidences of the Internalized Homophobia Scale for Brazilian Gays and Lesbians. *Psico-USF*, 24, 361-372. doi: <https://doi.org/10.1590/1413-82712019240212>.

*Matta, T. F., Taquette, S. R., Souza, L. M. B. M., Moraes, C. L. (2021). Diversidade sexual na escola: estudo qualitativo com estudantes do Ensino Médio do Município do Rio de Janeiro, Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, 37, 1-13. doi: <https://doi.org/10.1590/0102-311X00330820>

Mendes, W. C, Duarte, M. J., Andrade, C. A. F., Silva, C. M. F. P. (2021). Revisão sistemática das características dos homicídios contra a população LGBT. *Ciência & Saúde Coletiva*, 26(11), 5615-5628. doi:<https://doi.org/10.1590/1413-812320212611.33362020>

Mendes, W. G., Silva, C. M. F. P. (2020). Homicídios das populações lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais ou transgêneros (LGBT) no Brasil: uma análise espacial. *Ciência & Saúde Coletiva*, 25(5), 1709-1722. doi:<https://doi.org/10.1590/1413-81232020255.33672019>

Moher D, Liberati A, Tetzlaff J, Altman DG; PRISMA Group. (2009). Preferred reporting items for systematic reviews and meta-analyses: the PRISMA statement. *International Journal of Surgery*. 8, 336-341. doi:<https://doi.org/10.1016/j.ijssu.2010.02.007>

Myers, D. G. (2010). *Psicologia Social*. Porto Alegre: Artmed.

*Natarelli, T. R. P., Braga, I. F., Oliveira, W. A., Silva, M. A. I. (2015). O impacto da homofobia na saúde do adolescente. *Escola Anna Nery*, 19, 664-670. doi:<https://doi.org/10.5935/1414-8145.20150089>.

Nosek, B. A., Hawkins, C. B., Frazier, R. S. (2011). Implicit social cognition: from measures to mechanisms. *Trends Cogn Sci.*, 15(4), 152-159. doi:<https://doi.org/10.1016%2Fj.tics.2011.01.005>

Olson, M. A. Measures of prejudice. IN: Nelson, T. (org.). (2009). *Handbook of Prejudice, Stereotyping, and Discrimination*. New York: Psychology Press.

*Perucchi, J., Brandão, B. C., Vieira, H. I. S. (2014). Aspectos psicossociais da homofobia intrafamiliar e saúde de jovens lésbicas e gays. *Estudos de Psicologia*, 19, 67-76. doi: <https://doi.org/10.1590/S1413-294X2014000100009>.

*Perucchi, J., Corrêa, C. G. (2013). Uma análise psicossocial de experiências de violência homofóbica vivida por jovens LGBT no período escolar. *Nova Perspectiva Sistêmica*, 22, 81-99. Recuperado de <https://www.revistanps.com.br/nps/article/view/115>

*Pompeu, S. L. E., Souza, E. M. S. (2019). A discriminação homofóbica por meio do humor: naturalização e manutenção da heteronormatividade no contexto organizacional. *Organizações e Sociedade*, 26, 645-664. doi:<https://doi.org/10.1590/1984-9260912>.

*Rohm, R. H. D., Pompeu, S. L. E. (2014). A Homofobia como um Fator Determinante nas Práticas Discriminatórias para a Produção de Subjetividades: um estudo com pessoas homossexuais em empresas do Rio de Janeiro. *Revista Psicologia Política*, 14 (30), 347-365.

Rosa, E. B. P. R. (2020). Cisheteronormatividade como instituição total. *Cadernos PET-Filosofia*, 18, 53-103. doi: <http://dx.doi.org/10.5380/petfilo.v18i2.68171>

Paz, D., Amazonas, M. C. L., Medrado, B. (2020). Revisão de literatura sobre homofobia: escolhas, argumentos e exercício reflexivo em pesquisa. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 40 (1), 1-18. doi: <https://doi.org/10.1590/1982-3703003215726>

Prado, M. A. M. & Machado, F. V. (2012). *Preconceito contra homossexualidades: a hierarquia da invisibilidade*. São Paulo: Cortez.

*Rondini, C. A., Filho, F. S. T., Toledo, L. G. (2017). Concepções homofóbicas de estudantes do ensino médio. *Psicologia USP*, 28, 57-71. doi: <https://doi.org/10.1590/0103-656420140011>.

*Santos, C. L. B., Santos, M. A. (2022b). Campanhas, letrados, luz de polícia: sobre ser negro, gay e filho de família inter-racial. *Psicologia e Sociedade*, 34, 1-18. doi: <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2022v34246174>

Santos, E. J.; & Silva, C. A. L. (2021). Quem a homotransforbia matou hoje? Uma leitura comparada dos relatórios de mortes violentas de LGBTQ+ (2011 – 2019). *Diversitas Journal*, 6 (1), 1220-1242. doi: <https://doi.org/10.17648/diversitas-journal-v6i1-1725>

*Santos, E. C., Carvalho, C. A. S. G., Nunes, L. M., Silveira, A. P. (2017). Homofobia Internalizada e Religiosidade entre Casais Homoafetivos. *Temas em Psicologia*, 25(2), 691-702. doi: <http://dx.doi.org/10.9788/TP2017.2-15>

*Santos, J. J., Santos, E. C. (2022a). Prejudice against sexual and gender diversity and beliefs about sex education among university students. *Estudos de Psicologia*, 39, 391-12. doi: <https://doi.org/10.1590/1982-0275202239e200017>

*Silva, J. C. P., Cardoso, R. R., Cardoso, Â. M. R., Gonçalves, R. S. (2021). Diversidade sexual: uma leitura do impacto do estigma e discriminação na adolescência. *Ciência e Saúde Coletiva*, 26, 2643-2652. doi: <https://doi.org/10.1590/1413-81232021267.08332021>

Sobral, H. S., Silva, M. L. V., Fernandes, S. C. (2019). Homofobia: o que a psicologia brasileira tem a dizer? Artigo de revisão. *Revista CES Psicologia*, 12(3), 20-34. doi: <http://dx.doi.org/10.21615/cesp.12.3.2>

*Souza, E. J., Silva, J. P., Santos, C. (2015). Homofobia na Escola: As Representações de Educadores/as. *Temas em Psicologia*, 23(3), 635-647. doi: <http://dx.doi.org/10.9788/TP2015.3-09>

*Souza, E. J., Silva, J. P., Santos, C. (2017). Representações de docentes acerca da diversidade sexual e homofobia. *Revista Estudos Feministas*, 25, 519-544. doi: <https://doi.org/10.1590/1806-9584.2017v25n2p519>

*Souza, J. M., Silva, J. P., Faro, A. (2015). Bullying e Homofobia: Aproximações Teóricas e Empíricas. *Psicologia Escolar e Educacional*, 19(2), 289-297. doi: <https://doi.org/10.1590/2175-3539/2015/0192837>

*Souza, L. V., Moscheta, M. S., Comin, F. S. (2019). Public Conversations Group as Resource Against LGBT Violence. *Paidéia*, 29, 1-11, 2019. doi: <https://doi.org/10.1590/1982-4327e2905>

Teixeira, M. K., de Almeida, J. H., Bortoloti, R., Huziwara, E. M. Comparação entre medidas implícitas e explícitas na avaliação de casais homoafetivos e heteroafetivos. (2021). *Perspectivas em Análise do Comportamento*. 12(1), 235-248. doi: <https://doi.org/10.18761/PAC.2021.v12.RFT.08>

*Teixeira, F. S., Marretto, C. A. R., Benini, A., Santos, E. N. (2012). Homofobia e sexualidades em adolescentes: trajetórias sexuais, riscos e vulnerabilidades. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 32, 16-33. doi: <https://doi.org/10.1590/S1414-98932012000100003>.

*Toledo, L. G., Filho, F. S. T. (2013). Homofobia familiar: abrindo o armário entre quatro paredes. *Arquivo Brasileiro de Psicologia*, 65(3), 376-391.

*Torres, J. L., Gonçalves, G. P., Pinho, A. A., Souza, M. H. do N. (2021). The Brazilian LGBT+ Health Survey: methodology and descriptive results. *Cadernos de Saúde Pública*, 37, 1-11, 2021. doi: <https://doi.org/10.1590/0102-311X00069521>.

*Ziliotto, G. C., Marcolan, J. F. (2020). Compreendendo os preconceitos de indivíduos em sofrimento psíquico a respeito da sexualidade. *Revista Brasileira de Enfermagem*, 73, 1-7. doi: <https://doi.org/10.1590/0034-7167-2019-0270>